

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 987.303 - SP (2016/0249609-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : FÁBIO LIMA QUINTAS E OUTRO(S) - DF017721
LUIZ CARLOS STURZENEGGER - DF001942
AGRAVADO : VERA LUCIA THOMAZ BARRICATTI
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO E OUTRO(S) - SP183397
LEONARDO SCUDELER NEGRATO - SP221412
INTERES. : BRASCAN IMOBILIARIA S/A
ADVOGADO : EVERALDO AUGUSTO CAMBLER E OUTRO(S) - SP068312

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS. PRAZO VINTENÁRIO (CC/1916) OU DECENAL (CC/2002). ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vera Lúcia Thomaz Barricatti promoveu ação de consignação em pagamento contra Brascan Imobiliária S.A., postulando a citação da ré para receber a quantia depositada, com a declaração da extinção das obrigações contratuais entre as partes.

Levando-se em consideração que o levantamento dos valores ocorreu em março de 1993, o Magistrado de primeiro grau declarou a prescrição da pretensão de recebimento das diferenças monetárias.

Interposta apelação pela autora, a Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu-lhe provimento, a fim de afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos à origem.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 1.153-1.160):

EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. Cobrança de diferença de correção monetária de depósito judicial. Ação consignatória. Planos

Collor I e Collor II. Demanda de direito pessoal que se submete ao prazo prescricional vintenário do CC/1916 (art. 177). Aplicação do prazo decenal do CC/2002 (art. 205), mediante observância do art. 2.028 do referido diploma normativo. Termo inicial contado a partir da data do levantamento do depósito. Prescrição não consumada. Afastamento do prazo trienal proclamado em Primeira Instância. Sentença anulada. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A instituição financeira depositária dos valores consignados interpões recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 535 do CPC/1973; e 206, § 3º, inciso IV, 205 e 2.028 do Código Civil de 2002.

Sustentou, em suma, ter havido negativa de prestação jurisdicional, por omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia.

Aduziu, ainda, a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, ante o transcurso do lapso trienal aplicável à espécie, tendo em vista o levantamento dos valores em 3/4/1993 e o ajuizamento da presente demanda apenas em 19/12/2012. Asseverou, assim, a inaplicabilidade do prazo decenal disposto no artigo 205 do Código Civil de 2002, porquanto a questão tratada nos presentes autos possui regramento específico.

Contrarrazões às fls. 1.197-1.210 (e-STJ).

Negado seguimento ao recurso, a casa bancária interpõe o presente agravo.

Contraminuta às fls. 1.238-1.246 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No que tange à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que as instâncias ordinárias expressamente enfrentaram todas as questões suscitadas pelo recorrente, de forma clara e fundamentada, notadamente acerca do prazo prescricional a ser adotado na espécie, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta" (AgRg no AREsp n. 610.500/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 10/4/2015).

Quanto ao mérito, registra-se que, durante a vigência do contrato de depósito, inclusive realizado na modalidade judicial, não flui o prazo de prescrição de pretensão relativa aos bens e valores depositados. No entanto, extinto o depósito, na medida em que retomado pelo seu titular o patrimônio salvaguardado, inicia-se o cômputo do prazo prescricional.

A propósito:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. DEPÓSITOS QUE TERIAM SIDO REALIZADOS NO FINAL DA DÉCADA DE 70. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO DA CONTA. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRAZO. CONTRATO FORMALMENTE VIGENTE. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI N. 2.313/54. INCIDÊNCIA DO ART. 168, INCISO V, DO CC/16.

1. A existência de prazo para pleitear a exibição de documentos prende-se à possibilidade de ajuizarem-se ações relacionadas aos ditos documentos cuja exibição se busca. Cabe à sociedade empresária (ou comerciante, pela nomenclatura adotada pelo Código Comercial) preservar os documentos em relação aos quais ainda se possa ajuizar alguma ação, nos termos do que dispunha o revogado art. 10, alínea "3", do Código Comercial (repetido, em essência, pelo art. 1.194 do Código Civil de 2002).

2. Com efeito, a investigação acerca do prazo para a exibição de documentos relativos à existência de contrato de depósito bancário passa necessariamente pela prescrição/decadência do próprio direito de reclamar os valores depositados na instituição financeira.

3. De regra, em um contrato de depósito, durante sua vigência, o direito de resgatar o bem depositado pode ser exercido pelo seu titular como decorrência lógica do pacto, mostrando-se tal providência uma parte ínsita do sinalagma subjacente à avença. Assim, mesmo na atual disciplina do Código Civil de 2002, na

vigência de um contrato de depósito, há de se proclamar a imprescritibilidade da ação para reclamar os valores depositados. Isso porque, em verdade, durante o contrato de depósito e antes que os valores sejam efetivamente pleiteados pelo depositante, não há obrigação vencida, aplicando-se o que dispõe o art. 199, inciso II.

4. Porém, situação particular ocorre no caso de depósito bancário - salvo os populares -, pois há regra própria para o depositante reclamar os valores depositados. O art. 2º da Lei n. 2.313/54 prevê o prazo de 25 (vinte e cinco) anos para a permanência de valores em depósitos bancários, após o qual, se não forem reclamados ou se não houver movimentação da respectiva conta, serão recolhidos ao Tesouro Nacional, momento a partir do qual o depositante terá 5 (cinco) anos para reaver os valores recolhidos aos cofres públicos.

5. No caso, a ação foi ajuizada em 5 de junho de 2002, data em que o contrato de depósito não havia sido atingido pelo prazo legal previsto no mencionado diploma - prazo de extinção legal do contrato de depósito. Assim, aplica-se o entendimento segundo o qual, na vigência do contrato de depósito, não corre prescrição contra o depositante, nos termos do que dispunha o art. 168, inciso V, do Código Civil de 1916.

6. Como consectário, havendo prazo para o ajuizamento de ações relativas aos mencionados depósitos, era obrigação da instituição depositária "conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e mais papéis pertencentes ao giro do seu comércio" (art. 10, alínea "3", do Código Comercial), não podendo, assim, opor prescrição à pretensão do autor, que foi deduzida oportunamente.

7. Recurso especial não provido. (REsp 995.375/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 01/10/2012)

CIVIL E PROCESSUAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEPÓSITO JUDICIAL REALIZADO EM 05.08.1953. RESTITUIÇÃO. CONTRATO DE DEPÓSITO EM VIGOR. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. INOCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. PERÍODO ANTERIOR A 1964. SALÁRIO MÍNIMO.

I. Não há violação ao art. 535 do CPC quando a matéria impugnada é devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que dirimiu a controvérsia de modo claro e completo, apenas que de forma contrária aos interesses do recorrente.

II. Devida a restituição atualizada de depósito judicial realizado em 05.08.1953, diante da natureza de contrato de depósito, que permanece em vigor até o levantamento da importância, não se havendo que cogitar da prescrição. Precedente da 4ª Turma.

III. Pode o salário mínimo ser utilizado como indexador da correção monetária até a criação do parâmetro próprio, em outubro de 1964.

IV. Recurso especial não conhecido. (REsp 657.791/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 07/12/2009)

Enfatiza-se, por outro lado, que "é vintenária a prescrição da pretensão às diferenças de correção monetária em depósitos judiciais (expurgos inflacionários), a teor do art. 177 do CC de 1916" (AgRg no AREsp 691.342/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 2/6/2016, DJe 7/6/2016).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. ÍNDICES DE CORREÇÃO. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Conforme entendimento assente na Jurisprudência desta Corte Superior, o índice de correção monetária aplicável aos depósitos judiciais é o IPC, por ser o indicador que melhor reflete a inflação no período da instituição dos planos governamentais. Precedentes.

2. No julgamento do Resp 1147595/RS, a Segunda Seção deste STJ firmou entendimento no sentido de que é vintenária a prescrição nas ações individuais em que são questionados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças, sendo inaplicável às ações individuais o prazo decadencial quinquenal atinente à Ação Civil Pública.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 965.783/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 17/03/2017)

No caso em apreço, a Corte de origem, em consonância com o entendimento deste Tribunal Superior quanto à incidência do prazo prescricional de 20 (vinte) anos - aplicação do do CC/1916 - ou de 10 (dez) anos - aplicação do CC/2002 -, consignou que o levantamento do depósito foi realizado em março de 1993 e, tendo em vista que não havia transcorrido mais da metade do lapso prescricional até a entrada em vigor do atual diploma civilista, o prazo decenal a ser contado a partir de 10/1/2003 não havia transcorrido, já que a pretensão foi exercida ainda no ano de 2012.

Assim, incide a Súmula 83/STJ, na espécie.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator